

Reforma tributária será votada hoje à noite, decide Lira

Presidente da Câmara diz que diminuiu resistência de governadores

DEBRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a discussão da reforma tributária deverá ser iniciada na tarde de hoje e a votação do texto, em primeiro turno, será realizada à noite. Em entrevista à GloboNews, Lira afirmou que o objetivo da discussão é exaurir a proposta e buscar construir um texto de consenso que atenda a maioria.

Lira afirmou que alguns pontos ainda estão sendo negociados com líderes partidários, governadores e prefeitos, sobretudo o Conselho Federativo, órgão que terá função de arrecadar e repassar os recursos aos estados e municípios.

De acordo com o deputado, a resistência dos governadores está diminuindo, e todos estão em busca de um texto que traga mais segurança jurídica (baixo risco de se recorrer à Justiça pela qualidade do conteúdo da lei), transparência e tecnicidade ao conselho.

“A reforma tributária, todos defendem, ninguém é contra a simplificação, desburocratização, segurança jurídica, mais amplitude da base de contribuição. O que todos têm receio é a autonomia sobre a cobrança, a gestão dos recursos, o medo do desconhecido, e apostar que essa polarização não irá refletir no Conselho. A gente vai ten-

PRINCIPAL ALTERAÇÃO

O projeto da reforma prevê que cinco tributos que existem hoje serão extintos: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS). O novo Imposto de Valor Agregado (IVA) será dual - federal e estadual, com siglas próprias. No lugar do IPI, PIS e Cofins, terá a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A União define a alíquota neste caso. No lugar do ICMS e do ISS, haverá o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Os estados e municípios definem a alíquota neste caso. Também será criado o Imposto Seletivo, que é

tando diminuir essas dúvidas”, destacou.

Lira ressaltou que o País poderia atrair mais investimentos internacionais, hoje freados por um sistema tributário que gera insegurança jurídica. Segundo ele, o sistema atual é predatório e tem que ser modificado. Lira diz que, se o texto da reforma for aprovado, o mérito será de todos.

“O caminho é longo, o Senado pode alterar e, se alterar, ainda volta para a Câmara. Teremos uma transição longa para respeitar os incentivos, os contratos, as acomodações.

federal, para onerar mais os bens e serviços que o governo quer desestimular, por serem prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, caso de cigarros. Além de simplificar o número de regras existentes sobre o assunto, a criação de um só IVA dividido em dois tributos (CBS e IBS) com três alíquotas prevê maior uniformização ao sistema.

Com isso, o governo também argumenta que acabará a cobrança de imposto sobre imposto (efeito cascata). Uma das maiores mudanças é com relação ao local que recebe a arrecadação: hoje, a arrecadação é na origem. A reforma prevê que a arrecadação fique no Estado ou cidade de destino (ou seja, onde serviço ou bem for consumido) e não na origem.

ALÍQUOTA ZERO

O relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), diz que a isenção total da cesta básica foi incluída na reforma. No fim de semana, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) divulgou estudo afirmando que os preços dos alimentos da cesta subirão 60% em média, com base no que estava previsto no texto anterior.

Essa conta, que foi contestada pelo secretário da reforma, Bernard Appy, alimentou ataques ao texto por parte de bolsonaristas. (Agência Câmara)



Tarcísio, com ministro da Fazenda, Fernando Haddad: governador passou a defender aprovação da reforma

Tarcísio vê chance de entendimento

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou enxergar “possibilidade concreta” de votar a reforma tributária. Ele avalia ser “perfeitamente possível” equacionar ajustes no relatório que atendam aos pleitos dos estados e apreciar a matéria em plenário da Câmara.

Ele voltou a citar preocupação com determinados pontos incluídos no relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), envolvendo, por exemplo, os critérios de governança do Conselho Federativo - que fará a arrecadação centralizada do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, que unificará ICMS e ISS) -, a divisão do Fundo Regional de Desenvolvimento (FDR) e o período de transição de tributos.

Ontem, Ribeiro sinalizou que fará mudanças nes-

tes três pontos para construir um consenso com os entes federados.

O governador disse que há esforço e empenho do relator e de toda a equipe envolvida na discussão para ajustar os pontos do relatório. Tarcísio reafirmou ainda que a reforma é proposta de estado, trabalhada há anos, e não de governo.

Nos últimos dias, a reforma tributária virou alvo de disputa partidária. O ex-presidente Jair Bolsonaro orientou que seus aliados no PL se oponham ao relatório. A bancada do PL tem 99 votos, a maior da Câmara. Tarcísio vai procurar Bolsonaro para tentar convencê-lo a mudar de ideia.

RESISTÊNCIA

A reforma encontra resistência em parte dos prefeitos e governadores porque

eles temem perda de arrecadação e dizem que há uma quebra do pacto federativo. Hoje, os municípios são responsáveis pela arrecadação do ISS, e os Estados pelo ICMS.

No texto original da PEC, está prevista a criação de um Conselho Federativo, que seria responsável por centralizar, gerir e distribuir entre os estados e os municípios a arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - que, com a reforma, vai substituir o ICMS (estadual) e o ISS (municipal).

O governador de São Paulo é um dos principais críticos do Conselho. Ele defende uma espécie de câmara de compensação, em que os estados compensariam uns aos outros ao fim de cada dia por operações interestaduais. (EC)